



SUA PROVA

Além deste caderno de prova do tipo 1, contendo oitenta questões e um questionário de percepção sobre a prova com dez questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de **tipo 1**.



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- **2 horas** após o início da prova será possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova será possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipod, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Confira se seu tipo/cor de prova corresponde ao registrado em sua folha de respostas. Caso receba prova de tipo/cor diverso do predeterminado, informe obrigatoriamente a situação ao fiscal, para o devido registro na ata de aplicação.
- A ausência de registro deste fato acarretará na correção da prova conforme o tipo/cor constante na folha de respostas, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas por erro do examinando.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de sua folha de respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- A FGV realizará identificação datiloscópica de todos os examinandos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos examinandos em formulário próprio.
- Ao terminar a prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala. O examinando que descumprir a regra de entrega de tal documento será **ELIMINADO**.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

Questão 1

O Conselho Seccional da OAB do estado da Bahia pretende adquirir um novo imóvel para ampliar as instalações da sua sede e, para tanto, se negocia a alienação de um outro bem imóvel de propriedade da seccional. De acordo com o caso narrado, com fulcro no disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) A aquisição do imóvel dependerá de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional; já a alienação é decisão que compete à Diretoria do Conselho Seccional.
- B) Tanto a aquisição como a alienação de imóveis dependerão de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional.
- C) Tanto a aquisição do imóvel como a alienação são decisões que competem à Diretoria do Conselho Seccional, dispensada autorização dos membros efetivos do Conselho Seccional.
- D) A aquisição do imóvel é decisão que compete à Diretoria do Conselho Seccional; já a alienação dependerá de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional.

Questão 2

Marcelo praticou infração disciplinar passível de punição por suspensão na data de 20 de julho de 2019. Em 22 de dezembro de 2020, foi instaurado processo disciplinar para apuração da infração, e Carlos foi notificado em 10 de janeiro de 2021. Em 20 de fevereiro de 2021, o processo ficou pendente de julgamento, que só veio a ocorrer em 30 de março de 2025. De acordo com o Estatuto da OAB, a pretensão à punibilidade da infração disciplinar praticada por Carlos

- A) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de três anos entre a constatação oficial da falta e a instauração do processo disciplinar.
- B) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de seis meses entre a instauração do processo disciplinar e a notificação de Carlos.
- C) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de três anos de paralisação para aguardar julgamento.
- D) não está prescrita, tendo em vista que não decorreram cinco anos entre cada uma das etapas de constatação, instauração, notificação e julgamento.

Questão 3

João contratou Maria para ser sua advogada em uma ação de divórcio. Após a assinatura do contrato e da procuração, Maria solicitou ao seu cliente o envio de documentos indispensáveis à propositura

da ação. No entanto, após diversas solicitações, o cliente manteve-se inerte por 6 meses. Diante do exposto e de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- A) Presume-se extinto o mandato de forma automática.
- B) Diante da inércia do cliente, o advogado deve renunciar ao mandato, devendo fazer constar o motivo que a determinou.
- C) Diante da inércia do cliente, o advogado deve peticionar nos autos, solicitando a intimação pessoal do cliente para apresentação dos documentos, e, somente após tal ato, estará extinto o mandato.
- D) Diante da inércia do cliente, o advogado deverá renunciar a causa sem mencionar o motivo que a ensejou.

Questão 4

No caso de advogada gestante, segundo o que dispõe o Estatuto da OAB, assinale a alternativa correta.

- A) O Estatuto da OAB confere à gestante o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, vagas reservadas nas garagens dos fóruns onde atuar, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.
- B) O Estatuto da OAB não dispõe sobre direitos especialmente conferidos às advogadas grávidas, sendo aplicadas as disposições da CLT relativas à proteção à maternidade e à trabalhadora gestante.
- C) O Estatuto da OAB confere à gestante o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais e preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mas não dispõe sobre vagas reservadas nas garagens dos fóruns e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.
- D) O Estatuto da OAB confere à gestante o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e vagas reservadas nas garagens dos fóruns, mas não dispõe sobre suspensão dos prazos processuais quando der à luz.

Questão 5

Terêncio é advogado e Conselheiro da OAB a longa data e grande conhecedor das normas do Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como de seu regulamento, atuando na defesa de colegas advogados em processos disciplinares. Considerando o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- A) Terêncio não poderá, enquanto exercer a função de conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, nem sequer em causa própria.
- B) Terêncio não poderá, enquanto for conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante o Conselho Seccional onde exerce sua função. Porém, perante os demais conselhos, não há vedação à sua atuação, em causa própria ou alheia.
- C) Terêncio não poderá, enquanto for conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante o Conselho Seccional onde exerce sua função e o Conselho Federal da OAB. Porém, perante os demais conselhos, não há vedação à sua atuação, em causa própria ou alheia.
- D) Terêncio não poderá, enquanto exercer a função, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, salvo em causa própria.

Questão 6

Joana, recém-aprovada no Exame de Ordem, decidiu exercer a advocacia sozinha e procura a seccional para obter informações acerca do tema. Diante do caso, assinale a opção correta.

- A) Joana poderá constituir a pessoa jurídica pretendida, mediante registro dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede, com denominação formada pelo nome do titular, seguida da expressão 'Sociedade Individual de Advocacia'.
- B) Joana não poderá constituir a pessoa jurídica pretendida, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não admite a figura da sociedade unipessoal, ressalvados apenas os casos de unipessoalidade temporária e da chamada subsidiária integral.
- C) Joana poderá constituir a pessoa jurídica pretendida mediante registro dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB, com denominação formada pelo nome do titular, seguida da expressão 'EIRELI'.
- D) Joana poderá constituir a pessoa jurídica pretendida mediante registro dos seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com denominação formada pelo nome do titular, seguida da expressão 'EIRELI'.

Questão 7

Em determinada subseção da OAB, constatou-se grave violação à disciplina prevista na Lei n. 8.906/1994, no que diz respeito ao exercício de suas atribuições de representar a OAB perante os poderes constituídos e de fazer valer as prerrogati-

vas do advogado. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete ao Conselho Federal da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.
- B) Compete ao Conselho Federal da OAB intervir na aludida subseção mediante decisão por maioria do Órgão Especial do Conselho Pleno.
- C) Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante decisão unânime de sua diretoria.
- D) Compete ao Conselho Seccional respectivo da OAB intervir na aludida subseção mediante voto de dois terços de seus membros.

Questão 8

Luiz, estudante do quarto período da Faculdade de Direito, e seu irmão, Bernardo, que cursa o nono período na mesma faculdade, foram contratados pelo escritório Pereira Advogados para atuar como estagiários. Bernardo é inscrito como estagiário perante o Conselho Seccional respectivo. Sobre a atuação dos irmãos, assinale a opção correta.

- A) Luiz e Bernardo poderão, isoladamente, retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.
- B) Bernardo poderá, isoladamente, obter, junto ao chefe de secretaria do cartório judicial, certidão sobre processos em curso.
- C) Bernardo poderá, isoladamente, realizar, de forma onerosa, atividades de consultoria e assessoria jurídica. Luiz poderá assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais.
- D) Bernardo não poderá comparecer isoladamente para a prática de atos extrajudiciais, mesmo diante de substabelecimento, sendo necessária a presença conjunta de advogado.

Questão 9

Um dos pilares do neoconstitucionalismo consiste na classificação das normas jurídicas em regras e princípios. Considerando essa afirmação e de acordo com a clássica obra "Levando os direitos a sério", assinale a opção que melhor caracteriza o pensamento jusfilosófico a respeito da tese principiológica, modelo inaugurado por Ronald Dworkin.

- A) Princípio consiste num tipo de padrão que estabelece um objetivo a ser alcançado, em geral uma melhoria em algum aspecto econômico, político ou social da comunidade.
- B) Dworkin considera a política um padrão que deve ser observado, não porque vá promover ou assegurar uma situação econômica, política ou social considerada desejável, mas porque é uma exigência de justiça ou equidade ou alguma outra dimensão da moralidade.

- C) Tanto os princípios como as regras apontam para decisões particulares acerca da obrigação jurídica em circunstâncias específicas, mas distinguem-se quanto à natureza da orientação que oferecem. As regras são aplicáveis à maneira do tudo-ou-nada. Dados os fatos que uma regra estipula, então ou a regra é válida, e neste caso a resposta que ela fornece deve ser aceita, ou não é válida, e neste caso em nada contribui para a decisão.
- D) Nada obstante as críticas feitas ao positivismo jurídico, Dworkin admite a tese positivista de Hart, segundo a qual, quando os juízes invocam princípios nos casos difíceis, eles o fazem no exercício de algum poder discricionário.

Questão 10

A denominada Fórmula de Radbruch constituiu talvez o mais influente argumento jusnaturalista do século XX. Com efeito, Gustav Radbruch, impressionado com a arbitrariedade nazista, denunciou o positivismo como culpado pela situação de arbítrio implantada na Alemanha durante o nazismo. Sobre essa busca de uma fórmula teórica capaz de compatibilização entre a positividade e a justiça, assinale a opção que melhor caracteriza o pensamento do autor referido.

- A) A grande contribuição da fórmula de Radbruch reside em traçar uma fronteira clara entre os casos de “antijuridicidade legal” e de leis que são válidas apesar de suas imperfeições.
- B) Durante toda sua trajetória teórica, Gustav Radbruch permaneceu fiel à tese de que a “lei é lei”, e que o juiz deve, em qualquer caso, conformar-se a ela.
- C) Como um autor positivista, Radbruch assinala que, em caso de um conflito entre a segurança jurídica e a justiça, a preferência deve ser dada à regra do Direito positivo mesmo quando a lei é injusta. Essa opção só não será possível quando a violação da justiça alcance um grau tão intolerável que a regra se torne na verdade ausência de Direito.
- D) A base do pensamento de Gustav Radbruch consiste na distinção teórico-normativa entre regras e princípios. Regras são normas que exigem algo determinado. Elas são comandos definitivos. A sua forma de aplicação é a subsunção. Em contraste, princípios são comandos de otimização.

Questão 11

Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio e, ainda, sobre as questões relevantes

para a estabilidade das instituições democráticas. Com isso, participam desse Conselho o Vice-Presidente da República; o Presidente da Câmara dos Deputados; o Presidente do Senado Federal; os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados; os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal; o Ministro da Justiça e ainda:

- A) três cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de dois anos, vedada sua recondução.
- B) três cidadãos brasileiros natos, com mais de quarenta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de dois anos, vedada sua recondução.
- C) quatro cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de dois anos, vedada sua recondução.
- D) seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada sua recondução.

Questão 12

Luís Felipe é brasileiro naturalizado e foi morar no Japão, onde se casou com Ana, uma mexicana. Quando Ana estava a serviço de seu país na Alemanha, nasceu Alberto, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no mexicano. Aos vinte anos de idade, Alberto veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Alberto

- A) é alemão e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- B) é brasileiro naturalizado.
- C) é brasileiro nato.
- D) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.

Questão 13

O Governador de Goiás encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei versando exclusivamente sobre aumento de remuneração de servidores públicos vinculados ao Poder Executivo. O projeto foi aprovado com emenda parlamentar que majorou a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, o que ensejou o veto governamental nesse específico ponto. Todavia, o veto foi derrubado pela Assembleia Legislativa, que encaminhou o projeto de lei ao Governador para promulgação. Considerando essa situação, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a majoração da alíquota do imposto estadual

- A) poderia ter sido objeto de emenda parlamentar, admitida em projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo desde que não importe aumento de despesa, mas o projeto de lei não poderia ter sido encaminhado ao Governador para promulgação, cabendo ao Presidente da Casa Legislativa essa atribuição.
- B) não poderia ter sido objeto de emenda parlamentar, uma vez que é vedada a apresentação de emenda parlamentar sem pertinência temática com o projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, como é o caso.
- C) poderia ter sido objeto de emenda parlamentar, admitida em projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, desde que não importe aumento de despesa, sendo que o projeto de lei foi corretamente encaminhado ao Governador para promulgação.
- D) poderia ter sido objeto de emenda parlamentar, uma vez que o projeto de lei dispõe sobre matéria que não é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, podendo ser livremente emendado pela Assembleia Legislativa.

Questão 14

João, servidor público do sexo masculino, exerce, desde 2015, cargo público efetivo de professor de ensino universitário estadual e um cargo público efetivo de médico junto a autarquia federal, não contando com tempo de serviço público anterior. À luz das normas da Constituição Federal e considerando que há compatibilidade de horários para o exercício de ambos os cargos, essa situação caracteriza

- A) irregular, uma vez que o servidor não poderia cumular o exercício de seu cargo público efetivo estadual com cargo público vinculado a autarquia, não podendo, portanto, perceber proventos de aposentadoria relativos aos dois cargos.
- B) regular, podendo o servidor passar para a inatividade, em ambos os cargos, com percepção de

proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ao completar 60 anos de idade, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

- C) regular, podendo o servidor passar para a inatividade, em ambos os cargos, com percepção de proventos integrais, caso conte com 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- D) regular, podendo o servidor passar para a inatividade, em ambos os cargos, com percepção de proventos integrais caso conte com 60 anos de idade, 30 anos de contribuição, 5 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Questão 15

Joana, titular de cargo efetivo, foi eleita vereadora do Município de São José do Rio Preto. Assim que soube do fato, o órgão de recursos humanos a que se vincula solicitou à Consultoria Jurídica orientações sobre a situação funcional da servidora caso viesse a assumir o mandato eletivo. O Procurador do Estado instado a responder à consulta poderá apresentar, sem risco de incorrer em equívoco, os seguintes esclarecimentos acerca da situação:

- A) Caso haja compatibilidade de horários, a servidora fará jus à percepção das vantagens do seu cargo, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, e, caso não haja compatibilidade de horários, fará jus ao afastamento do cargo efetivo, com a faculdade de optar pela melhor remuneração. O tempo de afastamento do cargo efetivo para exercício de mandato eletivo será computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- B) A servidora deverá afastar-se do cargo efetivo para exercer o mandato eletivo, com a faculdade de optar pela melhor remuneração. O tempo de afastamento do cargo efetivo para exercício de mandato eletivo será computado para todos os efeitos legais, exceto para adicionais temporais e promoção por merecimento.
- C) A servidora deverá afastar-se do cargo efetivo para exercer o mandato eletivo, fazendo jus apenas à remuneração deste. O tempo de afastamento do cargo efetivo para exercício de mandato eletivo será computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- D) A servidora deverá afastar-se do cargo efetivo para exercer o mandato eletivo, com a faculdade de optar pela melhor remuneração. O tempo de afastamento do cargo efetivo para exercício de mandato eletivo não será computado para fins de obtenção de quaisquer vantagens funcionais.

Questão 16

A Súmula Vinculante 49 dispõe que a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área é

- A) inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre atividades financeiras, econômicas e comerciais.
- B) inconstitucional, porque viola o princípio da livre concorrência, previsto como princípio expresso da ordem econômica na Constituição Federal de 1988.
- C) inconstitucional, porque um dos princípios da ordem econômica na Constituição Federal de 1988 é a redução das desigualdades regionais e sociais.
- D) constitucional, porque os Municípios são competentes para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme prevê o texto da Carta da República.

Questão 17

Pedro, governador do estado X, editou decreto regulamentar visando dar fiel cumprimento a determinada lei. Tal lei, entretanto, foi declarada inconstitucional em ação direta de inconstitucionalidade no STF. A ação não fez qualquer menção ao decreto. Nessa situação hipotética, o STF

- A) não poderá declará-lo inconstitucional, porque o decreto não foi objeto da ação constitucional e, no controle concentrado de constitucionalidade, o Poder Judiciário está adstrito ao princípio da congruência.
- B) poderá declará-lo inconstitucional, por se tratar de inconstitucionalidade por arrastamento.
- C) poderá declará-lo inconstitucional, por se tratar de declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.
- D) não poderá declará-lo inconstitucional, porque a decisão do órgão julgador deve se limitar estritamente ao que foi pedido na petição inicial.

Questão 18

Considerando a inserção do Brasil nas relações internacionais, você, como advogado, precisa entender as determinações previstas no Texto Constitucional brasileiro. Desse modo, julgue as assertivas a seguir.

- I – Os tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte não podem prever outros direitos e garantias fundamentais além daqueles já assegurados na Constituição Federal brasileira.
- II – Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, em

dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes à emenda constitucional.

- III – O Brasil ainda não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional cuja criação tenha manifestado adesão, está aguardando a ratificação do Congresso Nacional.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- B) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- C) Somente a afirmativa II é verdadeira.
- D) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.

Questão 19

Apesar de ser responsável por definir direitos e liberdades fundamentais que deveriam ser garantidos por todos os Estados, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não apresentava, por si mesma, força jurídica obrigatória e vinculante. Fez-se necessário o estudo de mecanismos garantidores dos princípios pela Carta consagrados, que resultaram na Carta Internacional dos Direitos Humanos (*International Bill of Human Rights*). Desse modo, indique a alternativa correta.

- A) A DUDH apresenta força de lei, mesmo não sendo um tratado, já que foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas sob a forma de resolução.
- B) Integram a denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos – *International Bill of Rights*: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Facultativo.
- C) A Declaração Universal de Direitos Humanos – DUDH previu direitos e instrumentos por meio dos quais se pudesse exigi-los.
- D) A Carta da Organização das Nações Unidas – ONU e a Convenção Americana de Direitos Humanos fazem parte dos instrumentos previstos na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Questão 20

Um carro de passeio é alvejado a tiros pelas Forças Armadas do Estado, atingindo apenas civis no interior do carro. Considerando que os civis não possuíam nenhuma relação com crime organizado e que não foi encontrada nenhuma arma de fogo no interior do carro, você, como advogado, pode afirmar, em defesa das vítimas, que:

- A) consideram-se esses civis como vítimas de abuso de poder, pois, individual e coletivamente, sofreram prejuízo, já que houve nomeadamente grave atentado à integridade física ou

mental e aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos que representaram violações das normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos humanos.

- B) se considerássemos esses civis vítimas do abuso de poder e da criminalidade e do uso da força e de armas de fogo pelo Estado, não se poderia responsabilizar os agentes do Estado que cometeram o ato ou a omissão, porque não se constitui ainda uma violação da legislação penal nacional, o que leva a se desconsiderarem as normas internacionais, mesmo as de direitos humanos.
- C) não há abuso de poder, pois os agentes do Estado agiram em nome do bem coletivo ao confundir carros de civis com assaltantes. A família das vítimas apenas deve lamentar e agradecer o uso da força pelo Estado em favor da segurança pública.
- D) apesar das normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos humanos protegerem esses civis, o Estado brasileiro pode defender-se alegando que o ordenamento jurídico interno não prevê esse tipo de ação como violação de sua legislação penal. Desse modo, o Estado é isento de qualquer responsabilização.

Questão 21

Em 1995, foi sancionada a Lei n. 9.140, que reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Em relação à Comissão Nacional da Verdade, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade foram voltados a promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior.
- B) A Comissão Nacional da Verdade envolveu atividades que objetivassem promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.
- C) No ano de 1995, foi publicado o dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, para sistematizar informações disponíveis no Brasil: apurando-se 339 casos de assassinatos e desaparecimentos, no Brasil e no exterior, decorrentes de perseguição política.
- D) A iniciativa da Comissão Nacional da Verdade no Brasil foi pioneira e gerou mais de trinta outras comissões ao redor do mundo com intuítos parecidos no que diz respeito à produção de Memória e Verdade sobre períodos ditatoriais ou de conflitos internos.

Questão 22

O sistema tributário nacional é integrado por um conjunto de princípios e regras que limitam o exercício do poder de tributar do Estado. A respeito dos princípios da anterioridade e da irretroatividade, assinale a opção correta.

- A) Todos os impostos se submetem aos princípios da anterioridade e da irretroatividade, mas taxas, contribuições e demais espécies tributárias somente se submetem ao princípio da irretroatividade.
- B) Todos os tributos devem se submeter aos princípios da anterioridade e da irretroatividade.
- C) O princípio da irretroatividade aplica-se a todo tributo; o da anterioridade, por sua vez, admite exceções.
- D) O princípio da irretroatividade se aplica apenas aos impostos e às taxas; o da anterioridade se aplica a todos os tipos de tributos.

Questão 23

Sobre lançamento e crédito tributário, é correto afirmar:

- A) O benefício da denúncia espontânea aplica-se aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, embora pagos a destempo.
- B) Em relação aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, se não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- C) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo débito fiscal, não exime o Fisco de adotar as providências necessárias para a constituição do crédito tributário.
- D) A atividade de lançamento é obrigatória, muito embora discricionária, sob pena de responsabilidade funcional.

Questão 24

São causas de suspensão da exigibilidade do crédito:

- A) a moratória, a prescrição e a remissão.
- B) a prescrição, a decadência e o parcelamento.
- C) a remissão, o parcelamento e o depósito do montante integral do crédito.
- D) a moratória, o depósito do montante integral do crédito e a concessão de liminar em favor do sujeito passivo.

Questão 25

A presunção de fraude em tributário resta configurada com:

- A) o protesto da Certidão da Dívida Ativa.
- B) a inscrição do débito tributário na Dívida Ativa.
- C) o ajuizamento da ação de execução fiscal.
- D) o despacho que ordenou a citação do executado.

Questão 26

São considerados impostos Federais, Estaduais e Municipais, respectivamente:

- A) IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e ISS – Imposto sobre Serviços.
- B) PIS/Pasep – Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público; ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos; ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias.
- C) Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- D) Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.

Questão 27

Analise as afirmações a seguir e, com fundamento na Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta.

- A) A indisponibilidade de bens pode ser decretada quando houver indícios de responsabilidade por ato de improbidade administrativa e prova de que o réu esteja dilapidando o seu patrimônio, ou de que esteja na iminência de fazê-lo.
- B) A suspensão dos direitos políticos só se efetiva após o trânsito em julgado da sentença que condenou o réu a essa sanção.
- C) As sanções previstas na Lei n. 8.429/1992 não podem ser aplicadas se o responsável por ato de improbidade administrativa já foi demitido do serviço público.
- D) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função quando a medida se fizer necessária à instrução processual ou à garantia da ordem pública.

Questão 28

Atacado por acusações de corrupção e fraude envolvendo o orçamento de empresas estatais, o prefeito do município XYZ resolve contratar uma auditoria financeira independente, a fim de demonstrar que nunca houve nenhuma malversação de verbas públicas, seja do Tesouro municipal, seja das empresas estatais. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) É possível a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da auditoria financeira, desde que se possa caracterizá-la como serviço de natureza singular, e que a contratada goze de notória especialização.
- B) É possível a contratação direta, por dispensa de licitação, da auditoria financeira, uma vez caracterizada a situação de urgência e desde que o serviço possa ser concluído no prazo máximo de 180 dias.
- C) É possível a contratação direta, por dispensa de licitação, da auditoria financeira, desde que não haja, entre os servidores do Estado, profissionais habilitados ao desempenho do serviço.
- D) Não é possível, em qualquer hipótese, a contratação direta, sendo imprescindível a realização de licitação para a seleção do profissional ou da empresa que realizará a auditoria financeira.

Questão 29

André é empregado de uma empresa pública estadual que presta determinado serviço público. No exercício de suas funções, André conduzia carro oficial ao mesmo tempo em que mandava mensagem de texto por seu celular, ocasião em que não observou que o semáforo acendeu a luz vermelha. Ao avançar o sinal, o agente bateu no carro de João, causando-lhe danos materiais. No caso em tela, sobre a questão indenizatória, a empresa pública:

- A) não responderá pelos danos causados por seu agente, porque possui personalidade jurídica de direito privado, e André arcará diretamente com a indenização.
- B) não responderá pelos danos causados por seu agente, seja porque não integra a Administração direta, seja porque André não agiu com dolo.
- C) responderá pelos danos causados, independentemente da comprovação do dolo ou culpa de seu agente, assegurado o direito de regresso contra André, porque agiu com culpa.
- D) responderá pelos danos causados por seu agente de maneira subsidiária, ou seja, apenas arcará com a indenização caso André seja insolvente, na forma da lei civil.

Questão 30

Como sabemos, os serviços públicos podem ser prestados diretamente pelo poder público ou por terceiros. Com relação à autorização, permissão e concessão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- A) A concessão, contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa do bem público para que a exerça conforme sua destinação, depende de licitação e impõe a fixação de prazo.
- B) A autorização, a permissão e a concessão de uso privativo de bens públicos são atos administrativos que apresentam como características comuns a unilateralidade, a discricionariedade e a precariedade.
- C) A autorização, ato administrativo em que a Administração consente que o particular se utilize de bem público com exclusividade, depende de licitação e cria para o usuário um dever de utilização.
- D) A permissão de uso, ato administrativo pelo qual a Administração faculta a utilização de bem público, para fins de interesse público, tem sempre a forma onerosa e tempo determinado.

Questão 31

A **licitação** é um procedimento administrativo formal, por meio do qual a Administração Pública chama interessados na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços a ela. Considerando o disposto na legislação brasileira, assinale a alternativa correta.

- A) A lei prevê a possibilidade de revogação e anulação da licitação. A primeira se dá por interesse público, e a segunda por ilegalidade, e necessariamente acarretam a obrigação de indenização.
- B) É dispensável a licitação nas hipóteses de licitação deserta e licitação fracassada.
- C) O edital de licitação poderá conter exigência discriminatória desde que seja pertinente ou relevante para o específico objeto do contrato, aplicando-se o princípio da razoabilidade.
- D) Em obediência ao princípio da adjudicação compulsória, concluído o procedimento da licitação, o vencedor tem reconhecido o direito à atribuição da licitação e ao contrato imediato.

Questão 32

Em dezembro de 2018, o ex-prefeito de uma importante cidade da região do Cariri (CE), C.A.C., teve os seus direitos políticos suspensos por três anos, por violar princípios constitucionais. O político usou, na sigla de seu slogan de gestão, veiculada em todas as ações de comunicação, o mesmo sím-

bolo usado durante a sua campanha, formado por um duplo "C". Ao ingressar com Ação Civil Pública contra o prefeito, o Ministério Público Estadual considerou que esse uso afrontou, entre outros, o princípio de

- A) publicidade.
- B) impessoalidade.
- C) direcionalidade.
- D) proporcionalidade.

Questão 33

O embaixador de um país estrangeiro veio até o Brasil saber um pouco mais sobre a proteção ambiental, no âmbito do Direito Constitucional. Após reunião com o secretário jurídico, o embaixador ficou sabendo que, no ordenamento jurídico brasileiro,

- A) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- B) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, desde que haja a obrigação de reparar os danos causados.
- C) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, o Cerrado, a Caatinga e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- D) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações de desapropriação, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Questão 34

João, indignado com as notícias veiculadas nos meios de comunicação sobre os danos ambientais ocorridos no planeta e com o aparente descaso do poder público em relação ao tema, consulta um advogado para informar-se acerca da competência dos entes federados no que se refere a esse assunto. Assim, acerca das competências ambientais materiais, assinale a afirmativa correta.

- A) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios combater a poluição em qualquer de suas formas, tendo sido a Lei Complementar n. 140/2011 editada para fixar normas de cooperação entre os entes no exercício dessa competência.
- B) É competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal preservar as florestas, a fauna e a flora, competindo aos Municípios atuar de forma suplementar, na omissão de atuação pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.

- C) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente, salvo se o bem ambiental estiver inserido nos biomas da Floresta Amazônica brasileira, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal Mato-Grossense e da Zona Costeira, caso em que atrairão a competência exclusiva da União.
- D) É competência exclusiva da União promover estudo prévio de impacto ambiental de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ao meio ambiente, independentemente da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para promover o respectivo licenciamento ambiental.

Questão 35

Marcondes tem 36 anos e está separado de fato de sua ex-mulher, Maria, há 3 anos. Possui 2 filhos do casamento anterior e, atualmente, mora sozinho. Após ter perdido o emprego, entrou em depressão e passava muito tempo em casa, sozinho. Maria, diante do não pagamento da pensão dos filhos no mês anterior, tentou entrar em contato com Marcondes, mas não conseguiu êxito. Ela, então, procura um advogado, que lhe presta a seguinte informação correta:

- A) é possível a declaração de morte de Marcondes mediante declaração de ausência.
- B) embora Marcondes possa ser declarado morto, não é possível declarar a ausência deste.
- C) Marcondes pode ser declarado ausente, e Maria poderá ser a curadora de seus bens.
- D) Marcondes, por ser ausente, é considerado incapaz.

Questão 36

Joana é casada com Alberto no regime da comunhão parcial de bens e, juntos, possuem 4 filhas – Andréa, Fernanda, Flávia e Roberta. Joana decide vender o carro dela para Flávia, mediante pagamento do valor de mercado do veículo, à vista. Andréa e Fernanda se indignam com a situação e resolvem procurar um advogado. Marque a alternativa que corresponde à informação adequada.

- A) Andréa e Fernanda podem reclamar perdas e danos de sua mãe, pois esta está dilapidando a futura herança delas.
- B) A compra e venda realizada é nula de pleno direito.
- C) A compra e venda poderá ser anulada no prazo decadência de quatro anos, caso as filhas demonstrem prejuízo.
- D) A compra e venda poderá ser anulada no prazo decadencial de dois anos, caso as filhas demonstrem prejuízo.

Questão 37

Simone anunciou a venda de sua fazenda de 900 hectares por R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Arnaldo comprou a fazenda para criação de gado, pagando o valor exigido. Ao adentrar na posse do bem, Arnaldo promoveu a medição da fazenda e constatou que o tamanho adquirido é de 890 hectares. Insatisfeito e sentindo-se lesado, Arnaldo consulta um advogado, que lhe informa adequadamente que:

- A) a venda é nula.
- B) não pode Arnaldo reclamar nada, pois as dimensões são meramente enunciativas, pois não ultrapassam um trigésimo da área.
- C) não pode Arnaldo reclamar nada, pois as dimensões são meramente enunciativas, pois não ultrapassam um vigésimo da área.
- D) Simone pode ajuizar ação requerendo o desfazimento do contrato e a devolução da área.

Questão 38

Niltinho tem 13 anos e já é um famoso ator mirim, ganha um bom salário e ajuda no sustento da família. Um dia, na escola, Niltinho agride fisicamente a professora, causando-lhe inúmeros hematomas e expondo-a ao ridículo perante os colegas e demais professores. Na oportunidade, Márcia, colega de sala de Niltinho, com 14 anos de idade, filma o episódio e coloca na internet. Considerando a situação descrita, marque a alternativa correta.

- A) Niltinho poderá ser pessoalmente responsabilizado pelos danos causados à professora, tanto estético quanto moral e material.
- B) Márcia, por ser absolutamente incapaz, não responde pelo ato praticado.
- C) Apenas os pais de Niltinho e de Márcia podem, eventualmente, responder pelos danos praticados pelos filhos.
- D) A responsabilidade dos pais de Niltinho e de Márcia é subjetiva.

Questão 39

Adelaide possui três filhas – Maria, Joana e Mércia. Cada uma tem dois filhos – então netos de Adelaide. Adelaide e Maria resolvem fazer uma viagem à Colômbia. Em meio aos passeios, as duas são sequestradas e mortas. As autoridades chegam ao local, mas os corpos já estão em estado de decomposição e não é possível verificar quem faleceu primeiro. Joana e Mércia, diante do alto patrimônio deixado pelo falecimento de sua mãe, resolvem contratar um advogado para esclarecer sobre a partilha de bens. Marque a opção que corresponde à informação adequada.

- A) A partilha dos bens de Adelaide deve ser efetivada em favor de Joana e Mércia.
- B) Como não é possível verificar quem faleceu primeiro, presume-se que Adelaide, por ser mais velha, morreu primeiro. Assim, a herança deve ser partilhada entre as três filhas.
- C) Diante da comoriência entre Adelaide e Maria, a herança deve ser partilhada pelas três filhas, sendo que os filhos de Maria herdaram por representação da mãe.
- D) Trata-se de clássico exemplo de morte civil.

Questão 40

Diógenes e Mirna vivem em união estável há 20 anos. Ao longo da união, o casal contraiu algumas dívidas em comum e uma casa de 350 m² no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). No mês passado, Diógenes ganhou na Mega-Sena e manifestou o desejo de se separar de sua companheira. Para tal, procurou um advogado, que lhe aconselhou adequadamente da seguinte forma:

- A) O valor recebido na Mega-Sena não precisará ser partilhado, pois se trata de fato eventual.
- B) O crédito recebido pelo jogo deve ser partilhado entre o casal.
- C) O regime de bens que rege a união do casal é a comunhão universal de bens.
- D) Com a dissolução da união estável, partilha-se a casa e o valor recebido do jogo, não as dívidas.

Questão 41

Diana e Cíntia adquirem um mútuo de Adalberto no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Quando do empréstimo, Adalberto consignou no contrato que as devedoras pagariam o valor em 5 parcelas de R\$ 2.000,00. Entretanto, apenas a primeira parcela foi adimplida, todos os demais pagamentos foram atrasados. Considerando que as devedoras estão em mora no pagamento da dívida, marque a alternativa que corresponde à correta solução do caso.

- A) Trata-se de solidariedade, devendo cada devedora responder pelo montante total da obrigação.
- B) Trata-se de obrigação divisível, na qual cada devedora deve arcar com o valor correspondente à metade da quantia inadimplida.
- C) O credor poderá escolher contra quem deseja demandar a dívida inteira.
- D) Se apenas Diana for demandada, poderá promover chamamento ao processo de Cíntia.

Questão 42

Helena tem 15 anos de idade, mora em Palmas – TO e pretende viajar para Recife – PE e, posteriormente, para o exterior. Nessa situação hipotética, conforme a Lei n. 8.069/1990, se estiver acompanhada de um

- A) tio maior de idade que apresente documento comprovando o parentesco, Helena não precisará de autorização judicial para viajar para Recife – PE.
- B) irmão maior de dezoito anos que apresente documento comprovando o parentesco, Helena não precisará de nenhuma autorização para viajar para o exterior.
- C) primo adolescente, Helena poderá viajar para Recife – PE, sem qualquer tipo de autorização.
- D) dos pais, Helena não precisará de autorização para viajar para o exterior.

Questão 43

O concurso 2.150 da Mega-Sena pode pagar um prêmio de R\$ 275 milhões para quem acertar as seis dezenas. O sorteio ocorre às 20h (horário de Brasília) deste sábado (11) em São Paulo (SP). Este é o maior prêmio da Mega-Sena acumulado na história entre concursos regulares sem contar Mega da Virada. O segundo maior valor acumulado nesta categoria até hoje é o concurso de número 1763, de 21 de novembro de 2015, que ficou acumulado em R\$ 200 milhões. (Texto extraído de <https://g1.globo.com/loterias/noticia/2019/05/11/mega-sena-pode-pagar-r-275-milhoes-neste-sabado1.ghtml>).

Ao ler essa notícia, em 8 de maio de 2019, Joana, 13 anos, residente em Fortaleza – CE, que havia brigado com seus pais, pois eles não permitiram que ela fosse a um show de música sertaneja, pensou ser essa sua grande chance de alcançar sua independência financeira e sair de casa. Inconformada, retirou de seu cofre todas as moedas que possuía e dirigiu-se à casa lotérica mais próxima para apostar na Mega-Sena. A atendente, entretanto, não quis receber a aposta de Joana, visto que ela é uma adolescente. Segundo o ECA, a atendente

- A) não agiu corretamente, pois só não é permitida a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes.
- B) agiu corretamente, pois jogos de apostas podem causar dependência psíquica e, por isso, são proibidos a crianças e adolescentes.
- C) agiu corretamente, visto que o ECA proíbe a venda a criança ou adolescente de bilhetes lotéricos e equivalentes.
- D) não agiu corretamente, pois somente é proibida a venda de fogos de estampido e de artifício a crianças e adolescentes.

Questão 44

O Código de Defesa do Consumidor conceitua contrato de adesão como “aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu

conteúdo”. Partindo desse conceito, o Ministério Público do Acre resolveu instituir uma força-tarefa para verificar em quais grandes contratos de prestação de serviços a desigualdade material entre as partes estaria trazendo prejuízos ao consumidor daquela unidade da Federação. À luz desse tema, qual alternativa melhor traduz a restauração da linearidade das partes nos contratos?

- A) Cláusula constante em contrato de prestação de serviços de telefonia que permita à operadora do serviço, a seu critério, a interrupção do serviço, mesmo que o outro contratante não tenha igual direito, não configura desequilíbrio na relação contratual.
- B) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública objetivando a análise da validade de cláusulas abusivas de contrato de arrendamento mercantil.
- C) Em contrato de prestação de serviços que tenha cláusula apontando a taxa SELIC como parâmetro para o reajuste e, no mesmo contrato, haja outra cláusula definindo índice da poupança como parâmetro para o mesmo fim, impõe-se a utilização do índice mais atualizado.
- D) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

Questão 45

Alice, servidora pública, compareceu a uma agência bancária para sacar sua remuneração. No entanto, ao consultar o extrato, verificou que o numerário fora inteiramente transferido para conta de terceiro. Inconformada, procurou um advogado, que ajuizou ação de indenização, requerendo, entre outras coisas, a inversão do ônus da prova em favor de Alice. Por sua vez, em sua resposta, a instituição financeira alegou fato exclusivo da vítima, porquanto a operação fora realizada num aparelho celular, mediante a utilização da digital e senha pessoal. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da legislação aplicável ao caso.

- A) O juiz deverá deferir o pleito de inversão do ônus da prova em favor da autora, pois cabe à instituição financeira demonstrar a regularidade da transferência.
- B) Maria deverá demonstrar sua vulnerabilidade de consumidora e terá automaticamente o benefício da inversão do ônus da prova.
- C) O momento processual adequado para a inversão do ônus da prova será quando a sentença for proferida.
- D) Alice não era destinatária final do serviço bancário e, por essa razão, não se enquadra no conceito de consumidora.

Questão 46

O empresário individual Arake, em conluio com seus primos Marcelo e Tatiana, realizou empréstimos simulados a fim de obter crédito para si; por esse e outros motivos, foi decretada sua falência. No curso do processo falimentar, o administrador judicial verificou a existência de outros atos praticados pelo devedor e seus primos, antes da falência; entre eles, a transferência de bens do estabelecimento a terceiros lastreados em pagamentos de dívidas fictícias, com nítido prejuízo à massa.

De acordo com o enunciado e as disposições da Lei n. 11.101/2005, Lei de Falência e Recuperação de Empresas, você, advogado contratado pelo administrador judicial para defender os direitos e interesses da massa, deverá

- A) requerer, no juízo da falência, a instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica.
- B) ajuizar ação revocatória em nome da massa falida no juízo da falência.
- C) ajuizar ação pauliana em nome do administrador judicial no juízo cível.
- D) requerer, no juízo da falência, o sequestro dos bens dos primos do empresário como medida antecedente à ação de responsabilidade civil.

Questão 47

O administrador da sociedade empresária Kênio e Queiroz Comércio de Alimentos Ltda. consulta você, advogado, para orientá-lo sobre o contrato apropriado para o aumento de sua capacidade de distribuição. O objetivo é celebrar um contrato pelo qual possa receber a posse direta de veículos, que serão indicados por ela ao proprietário, para utilizá-los por prazo determinado, mediante o pagamento de prestações mensais durante a vigência do contrato. Ao termo final, a cliente deseja ter a possibilidade de adquirir os veículos ao invés de ser obrigada a devolvê-los ao proprietário ou renovar o contrato.

Assinale a opção que indica o contrato apropriado para a sociedade empresária.

- A) Arrendamento mercantil.
- B) Compra e venda mercantil.
- C) Contrato estimatório.
- D) Locação a prazo determinado.

Questão 48

O famoso advogado e agrônomo Henrique é proprietário de uma fazenda, onde realiza, em nome próprio, a exploração de culturas de soja e a criação intensiva de gado. A atividade é voltada para exportação, com emprego de tecnologia e insumos. Henrique não está registrado na Junta Comercial.

Com base em tais alegações, é correto afirmar que

- A) Henrique, por exercer empresa em caráter profissional, é considerado empresário independentemente de ter ou não registro na Junta Comercial.
- B) Henrique, mesmo que exerça uma empresa, não será considerado empresário, pelo fato de não ter realizado seu registro na Junta Comercial.
- C) Henrique não pode ser registrado como empresário, porque, sendo agrônomo e advogado, exerce profissão intelectual de natureza científica, com auxílio de colaboradores.
- D) Henrique é empresário de fato, por não ter realizado seu registro na Junta Comercial antes do início de sua atividade, descumprindo obrigação legal.

Questão 49

Maria Christina recebeu de Rogério um cheque com cruzamento especial no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Acerca das disposições legais que disciplinam tal espécie de cheque, assinale a assertiva correta.

- A) O cheque com cruzamento especial pode ser pago em dinheiro no estabelecimento contra o qual foi sacado ou mediante apresentação a uma câmara de compensação.
- B) O cruzamento especial não pode ser convertido em geral e a inutilização do cruzamento ou a do nome do banco é reputada como não existente.
- C) A aposição de vários cruzamentos especiais invalida o cheque, exceto se o portador, no primeiro cruzamento, indicar o mesmo banco que o sacado.
- D) O cheque com cruzamento especial obriga o sacado a debitar a quantia indicada no título da conta do emitente e a reservá-la em benefício do portador legitimado, durante o prazo de apresentação.

Questão 50

Clóvis e Marcelo constituíram uma sociedade sem que o documento de constituição tivesse sido levado a registro. Marcelo assumiu uma dívida em seu nome pessoal, mas no interesse da sociedade. Antônio é credor de Marcelo pela referida obrigação. Assim, Antônio poderá provar a existência da sociedade

- A) de qualquer modo, e os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.
- B) somente por escrito, e os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.
- C) de qualquer modo, e somente os bens particulares de Marcelo respondem pelos atos de gestão por ele praticados.
- D) somente por escrito, e os bens particulares de Marcelo e Clóvis respondem pelos atos de gestão praticados por Marcelo.

Questão 51

Maria teve um mal súbito e foi internada no hospital particular SAÚDE TOTAL. Após os primeiros exames, o médico determinou a realização de um procedimento não autorizado pelo plano de saúde. Ato contínuo, a irmã de Maria, advogada, promoveu um pedido de tutela provisória de urgência antecipada antecedente perante o plantão judiciário. Neste contexto, assinale a assertiva correta.

- A) Neste caso, não cabe a concessão de liminar *inaudita altera pars*.
- B) O juiz pode condicionar a concessão da tutela provisória à prestação de caução, oportunidade na qual esta não pode ser dispensada.
- C) Segundo a jurisprudência do STJ, a estabilização só poderá ser afastada mediante o recurso de agravo de instrumento interposto pelo plano de saúde.
- D) Uma vez efetivada a tutela provisória, caso o autor não promova o aditamento da petição inicial, o processo será extinto sem resolução de mérito.

Questão 52

Gertrudes possui uma nota promissória emitida pela devedora Isadora, cuja obrigação é de pagamento de quantia, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Ocorre que a nota promissória se encontra rasurada. Além da nota promissória, a credora também possui e-mails nos quais a devedora reconhece sua dívida. Neste caso, marque a assertiva que contenha o melhor caminho jurídico a ser seguido por Gertrudes, para o recebimento do valor mencionado:

- A) Como a credora possui em mãos um título de crédito, que é título executivo extrajudicial, deverá promover uma execução autônoma.
- B) Como o título de crédito encontra-se rasurado, a credora poderá promover o ajuizamento de ação monitória, com base em suas provas escritas da obrigação de pagar quantia certa.
- C) Neste caso, a credora pode optar por uma ação de cobrança ou pela execução autônoma, uma vez que a existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- D) Trata-se de um típico caso de cabimento da ação monitória, sendo certo que, se a credora, uma vez citada, efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a verba honorária será reduzida pela metade.

Questão 53

Perante a primeira Vara Cível de Brasília, Judite promove ação indenizatória em face de Lúcio, sendo sua pretensão totalmente acolhida. Ocorre que, em virtude do não comparecimento injustificado de Judite na audiência de conciliação, ocorrida no início do processo, esta foi condenada ao pagamento de multa, por ato atentatório à dignidade da justiça. Considerando estes fatos e o estudo dos recursos, assinale a opção correta.

- A) Judite deveria ter interposto agravo de instrumento da decisão interlocutória que fixou a multa, não sendo possível questionar tal decisão por meio do recurso de apelação, em virtude da preclusão.
- B) Judite pode apelar da sentença, para questionar tão somente a aludida multa, uma vez que a decisão interlocutória que a fixou não se submeteu à preclusão.
- C) Caberá recurso de apelação a ser interposto perante o juízo *a quo*, responsável pelo primeiro juízo de admissibilidade.
- D) Como a decisão que fixa a mencionada multa é um despacho, trata-se de um ato judicial irrecorrível.

Questão 54

Alice submeteu-se a uma cirurgia de implante dentário realizada pelo dentista Igor. Ocorre que a cirurgia foi malsucedida, e a paciente está com muitas dores, além de sérias dificuldades para se alimentar, de forma que deseja refazer a cirurgia por outro profissional. Todavia, precisa fazer prova do erro médico cometido pelo primeiro profissional, mas não pode esperar o momento probatório oportuno da ação indenizatória a ser proposta. Neste caso, você, como advogado de Alice, promoveria:

- A) ação cautelar de produção antecipada de provas.
- B) pediria para a cliente ir ao cartório de notas contar todo o ocorrido e lavrar uma ata notarial.
- C) ajuizaria a ação indenizatória, com pedido de perícia, requerendo à cliente que aguardasse a produção da prova na fase instrutória.
- D) ação autônoma de produção antecipada de provas.

Questão 55

No curso do cumprimento de sentença envolvendo obrigação pecuniária, como Aurélio não efetuou o pagamento voluntário no prazo legal, o banco credor pediu a penhora online, pelo sistema BACEN-JUD, tendo sido penhorado 10% do salário do devedor, que recebe uma remuneração líquida de doze mil reais por mês. Com base no CPC e na atual jurisprudência do Colendo STJ, assinale a alternativa correta.

- A) O advogado de Aurélio deve promover uma exceção de pré-executividade para alegar a impenhorabilidade absoluta de sua remuneração.
- B) A decisão foi acertada, porque a impenhorabilidade salarial não é absoluta e, neste caso, não afronta o princípio do mínimo existencial e da dignidade da pessoa humana.
- C) Embora a impenhorabilidade do salário não seja absoluta, as exceções restringem-se à obrigação alimentar ou renda salarial acima de cinquenta salários mínimos, o que não ocorre no caso narrado.
- D) O advogado de Aurélio deve promover uma impugnação ao cumprimento de sentença para alegar a impenhorabilidade de sua remuneração.

Questão 56

Júlia foi condenada a pagar dez mil reais para Carla, em virtude de uma decisão de mérito transitada em julgado. Ressalte-se que, após a sentença, não foi interposto nenhum recurso. Ocorre que, três anos depois do trânsito em julgado, Júlia encontrou a testemunha que pode mudar completamente o resultado do aludido julgamento. Assim, com base no CPC e na atual jurisprudência do Colendo STJ, marque a opção correta.

- A) Poderá ser ajuizada ação rescisória com base na prova nova.
- B) Não caberá o ajuizamento de ação rescisória, em virtude de já ultrapassado o prazo decadencial de 2 anos.
- C) A ação cabível é a *querela nullitatis insanabilis*.
- D) Não cabe ação rescisória, porque não houve esgotamento prévio dos recursos possíveis.

Questão 57

Em ação que tramita no procedimento comum, após a realização de audiência de conciliação/mediação sem êxito, o requerido deseja formular uma pretensão em face do autor e de uma terceira pessoa, bem como alegar a imparcialidade do juiz, uma vez que este é casado com a advogada do autor. Neste contexto, assinale a alternativa correta.

- A) O réu deve apresentar pedido contraposto e arguição de impedimento no corpo da contestação.
- B) O réu deve apresentar pedido reconvenicional e arguição de impedimento no corpo da contestação.
- C) O réu deve apresentar pedido reconvenicional no corpo da contestação e petição própria de arguição de impedimento do juiz.
- D) O réu deve apresentar pedido reconvenicional no corpo da contestação e petição própria de arguição de suspeição do juiz.

Questão 58

Com relação ao concurso de delitos, é correto afirmar que:

- A) no concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distintamente, mas de forma reduzida.
- B) o concurso material ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes sempre idênticos.
- C) o concurso formal perfeito, também conhecido como próprio, ocorre quando o agente, por meio de uma só ação ou omissão, ou de várias condutas, pratica dois ou mais crimes idênticos, caso em que as penas serão somadas.
- D) o Código Penal Brasileiro adotou o sistema de aplicação de pena do cúmulo material para os concursos material e formal imperfeito, e da exasperação para o concurso formal perfeito e crime continuado.

Questão 59

Tício convenceu seu pai, Mévio (59 anos), a lhe outorgar um instrumento de mandato para movimentar sua conta bancária, com o argumento de que poderia ajudá-lo a efetuar movimentações bancárias e pagamento das suas contas, uma vez que Mévio sentia sempre dores nas pernas quando passava muito tempo em pé. De posse da referida procuração, Tício compareceu à agência bancária onde seu pai possuía conta e sacou todo o valor que ele tinha em aplicações financeiras, no total de R\$ 600.000, apropriando-se do dinheiro antes pertencente a seu pai. Considerando tal narrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Tício praticou crime de estelionato em detrimento de Mévio e, pelo fato de ser seu filho, é isento de pena.
- B) Tício praticou crime de furto mediante fraude em detrimento de Mévio e, pelo fato de ser seu filho, é isento de pena.
- C) Tício praticou crime de estelionato em detrimento Mévio e, apesar de ser seu filho, não é isento de pena.
- D) Tício praticou crime de furto mediante fraude em detrimento de Mévio e, apesar de ser seu filho, não é isento de pena.

Questão 60

O sujeito A, pretendendo praticar crime de peculato, ingressa em repartição pública com a chave que possuía em razão do cargo, na parte da noite, com o objetivo de subtrair um computador da repartição. No interior do local, todavia, pensa sobre as consequências da sua conduta e no fato de sua família depender financeiramente dele, razão pela

qual deixa o local sem nada subtrair. O segurança do local, entretanto, informado por notícia anônima sobre a intenção do sujeito A, o aborda na saída da repartição e realiza sua prisão em flagrante. Considerando as informações narradas, é correto afirmar que a conduta do sujeito A:

- A) não configura conduta típica, em razão do arrependimento eficaz.
- B) não configura conduta típica, em razão da desistência voluntária.
- C) não configura crime, em razão do arrependimento posterior.
- D) configura tentativa de peculato, em razão do arrependimento eficaz.

Questão 61

O engenheiro civil responsável técnico pela construção da obra de um viaduto elaborou o projeto sem as cautelas necessárias e permitiu a continuidade de sua execução de forma falha, mesmo após ter sido alertado de sua instabilidade, propiciando o desabamento da estrutura em construção e a morte de um trabalhador. A imperícia do engenheiro civil foi constatada por laudo pericial conclusivo. No curso de ação penal, restaram comprovadas a materialidade e a autoria delitivas. No caso em tela, o engenheiro civil, preocupado com o ocorrido, procura você, advogado, para esclarecer tecnicamente a sua conduta:

- A) ato ilícito civil e não criminal, pois o engenheiro não agiu com dolo e vontade de matar o trabalhador, razão pela qual deve responder na seara da indenização por danos morais.
- B) ato ilícito civil e não criminal, pois aplica-se a compensação da culpa do trabalhador, que também tinha a obrigação de não executar obra com vícios técnicos.
- C) homicídio culposo, pois o engenheiro agiu com imperícia, inobservando regra técnica de profissão.
- D) homicídio doloso, pois o engenheiro não agiu com a necessária perícia que era esperada.

Questão 62

Zeca, funcionário público da Administração direta federal, em dificuldades financeiras, para satisfazer um interesse pessoal de comprar um aparelho de telefonia celular novo, exige R\$ 1.500,00 de parte em processo administrativo para apresentar manifestação favorável a ela. A parte, porém, informada com a conduta do funcionário, de imediato informa o fato ao superior hierárquico de Zeca. Preocupado com as consequências, Zeca procura você, advogado, para esclarecer tecnicamente as implicações criminais e saber que crime configurou a sua conduta:

- A) prevaricação, na forma consumada.
- B) corrupção passiva, na forma tentada.
- C) corrupção passiva, na forma consumada.
- D) concussão, na forma consumada.

Questão 63

Durante uma festa em uma casa noturna onde só era permitida a entrada de maiores de 18 anos, Tício, 18 anos, conhece Esmeraldina e, na mesma noite, vão para um hotel e têm relações sexuais. No dia seguinte, Tício é surpreendido pela sua prisão em flagrante realizada por policiais militares, informando que Esmeraldina tinha apenas 13 anos. Tício, então, é encaminhado para a Delegacia, apesar de esclarecer que acreditava que Esmeraldina era maior de idade, devido a seu porte físico e pelo fato de que era proibida a entrada de menores de 18 anos na casa noturna. Diante da situação narrada, Tício constitui você como advogado para lhe explicar juridicamente sobre a sua conduta e implicações. Assim, Tício agiu em

- A) erro de tipo, tornando a conduta atípica.
- B) erro de tipo, afastando o dolo, mas permitindo a punição pelo crime de estupro de vulnerável culposo.
- C) erro de proibição, afastando a culpabilidade do agente pela ausência de potencial conhecimento da ilicitude.
- D) erro sobre a pessoa, tornando a conduta atípica.

Questão 64

O Código de Processo Penal traz a disciplina de uma pluralidade de procedimentos, destacando-se o comum ordinário, o procedimento previsto para julgamento no Tribunal do Júri dos crimes dolosos contra a vida e aquele aplicável aos “crimes de responsabilidade dos funcionários públicos”. Sobre o tema, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- A) O interrogatório é o primeiro ato a ser realizado durante a audiência de instrução e julgamento no procedimento previsto para os crimes contra a Administração praticados por funcionário público.
- B) O juiz, ainda que se convença da inexistência do crime, não poderá rejeitar a denúncia nem absolver sumariamente o réu, após apresentação de defesa pelo réu, no procedimento previsto para os crimes praticados por funcionário público contra a Administração.
- C) A inimputabilidade do agente em razão de doença mental não é causa de absolvição sumária no procedimento comum ordinário.
- D) As testemunhas, no procedimento comum ordinário, deverão ser arroladas pela defesa em resposta à acusação, sendo computadas no limite

de 08 as que não prestam compromisso legal de dizer a verdade, mas não as referidas.

Questão 65

Esmeraldina, insatisfeita com o fim do relacionamento amoroso com Tício, vai até a casa de Tício na companhia da amiga Francicleide e ambas começam a quebrar todos os porta-retratos da residência nos quais estavam expostas fotos da nova namorada de Tício. Quando descobre os fatos, Tício procura um advogado, que esclarece a natureza privada da ação criminal pela prática do crime de dano. Diante disso, Tício opta por propor queixa-crime em face de Francicleide pela prática do crime de dano (Art. 163, *caput*, do Código Penal), já que nunca mantiveram boa relação e ele tinha conhecimento de que ela era reincidente; mas, quanto a sua ex-namorada, liga para ela e diz que nada fará, pedindo, apenas, que o fato não se repita. Apesar da decisão de Tício, Esmeraldina fica preocupada quanto à possibilidade de ele mudar de opinião, razão pela qual contrata um advogado junto com Francicleide para consultoria jurídica. Considerando apenas as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que ocorreu

- A) renúncia em relação a Esmeraldina, de modo que a queixa-crime não deve ser recebida em relação a Francicleide.
- B) renúncia em relação a Esmeraldina, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Francicleide.
- C) perempção em relação a Esmeraldina, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Francicleide.
- D) perdão do ofendido em relação a Esmeraldina, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Francicleide.

Questão 66

Na cidade de Salvador, Mévio encontra um documento adulterado que, originariamente, fora expedido por órgão municipal. Valendo-se de tal documento, comparece a uma agência da Caixa Econômica Federal localizada na cidade do Feira de Santana/BA e apresenta o documento falso ao gerente do estabelecimento. Desconfiando da veracidade da documentação, o gerente do estabelecimento bancário chama a Polícia, e Mévio é preso em flagrante, sendo denunciado pela prática do crime de uso de documento falso (Art. 304 do Código Penal) perante uma das Varas Criminais da Justiça Estadual da cidade de Feira de Santana. Considerando as informações narradas, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o advogado de Mévio deverá

- A) alegar a incompetência, pois a Justiça Federal será competente, devendo ser considerada a cidade de Salvador para definir o critério territorial.
- B) alegar a incompetência, pois a Justiça Federal será competente, devendo ser considerada a cidade de Feira de Santana para definir o critério territorial.
- C) alegar a incompetência, pois, apesar de a Justiça Estadual ser competente, deverá ser considerada a cidade de Salvador para definir o critério territorial.
- D) reconhecer a competência do juízo perante o qual foi apresentada a denúncia.

Questão 67

Tício, condenado definitivamente pela prática de crime de estupro, após o cumprimento da pena, apresenta revisão criminal, sem assistência de advogado, sob o argumento de que a decisão se baseou em documento comprovadamente falso. Sobre o pleito em questão, você, advogado, foi questionado de que o pedido de revisão:

- A) é cabível, e eventual absolvição imporá o restabelecimento de todos os direitos perdidos em razão da condenação.
- B) não é cabível, uma vez que não mais persiste o interesse diante do cumprimento integral da pena imposta.
- C) não é cabível, tendo em vista que a falsidade de prova testemunhal não é fundamento idôneo a justificá-la.
- D) não é cabível, tendo em vista que Tício não estava representado por advogado legalmente habilitado.

Questão 68

Após regular reconhecimento de falta grave, o juiz da Vara de Execuções Penais determinou a regressão de regime de cumprimento de pena, a perda de 1/3 dos dias remidos e o reinício da contagem do prazo para concessão de indulto. Da decisão do juiz, caberá:

- A) recurso em sentido estrito, pois não cabe reinício da contagem do prazo para concessão de indulto, apesar de ser admitida perda de parte dos dias remidos e regressão de regime.
- B) agravo, pois não cabe, em razão do reconhecimento de falta grave, regressão de regime, em que pesem a admissão de perda de parte dos dias remidos e o reinício do prazo do indulto.
- C) agravo, pois não cabe reinício da contagem do prazo para concessão de indulto, apesar de ser admitida perda de parte dos dias remidos e regressão de regime.

- D) recurso em sentido estrito, tendo em vista que não se admite perda de parte dos dias remidos nem reinício da contagem do prazo para concessão de indulto.

Questão 69

O Código de Processo Penal prevê uma série de institutos aplicáveis às ações penais de natureza privada. Sobre tais institutos, é correto afirmar que:

- A) a renúncia ao exercício do direito de queixa ocorre antes do oferecimento da inicial acusatória, mas deverá ser expressa, seja através de declaração do ofendido, seja por procurador com poderes especiais.
- B) o perdão do ofendido oferecido a um dos querelados poderá a todos aproveitar, podendo, porém, ser recusado pelo beneficiário, ocasião em que não produzirá efeitos em relação a quem recusou.
- C) a renúncia ao exercício do direito de queixa ocorre após o oferecimento da inicial acusatória, gerando extinção da punibilidade em relação a todos os querelados.
- D) a decadência ocorrerá se o ofendido não oferecer queixa no prazo de 06 meses a contar da data dos fatos, sendo irrelevante a data da descoberta da autoria.

Questão 70

Joana Silva foi contratada pela Empresa Xetta Ltda. para exercer a função de auxiliar administrativo, percebendo salário no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), 25 horas semanais, de segunda a sexta-feira. Com isso,

- A) a empregada não poderá realizar horas suplementares, pois trabalha em regime de tempo parcial.
- B) poderá realizar horas suplementares, independentemente da quantidade semanal.
- C) poderá realizar seis horas suplementares semanais, com o acréscimo de 50% sobre o salário-hora normal.
- D) poderá realizar seis horas suplementares semanais, sem o acréscimo do adicional.

Questão 71

João da Silva ajuizou Reclamação Trabalhista em face da Empresa Tetta Ltda., postulando equiparação salarial com o paradigma Thiago Bretas. Verificou-se que o empregado João recebia menos, pois havia sido discriminado por motivo de etnia. Assim,

- A) além das diferenças salariais, terá direito a receber uma multa no valor de 50% do limite máximo do Regime Geral de Previdência Social.

- B) receberá somente as diferenças salariais.
- C) além das diferenças salariais, terá direito a receber uma multa no valor de 100% do valor a receber.
- D) terá direito a receber as diferenças salariais em dobro.

Questão 72

Joaquim Terra era empregado da Empresa Silva e Silva Ltda., exercendo a função de analista. O empregado foi eleito diretor suplente de sociedade cooperativa, no dia 10 de março de 2019. No dia 13 de maio de 2019, foi dispensado, sem justo motivo. Joaquim, então, o procura para saber acerca da possível estabilidade. Você, como advogado(a), informa ao empregado que

- A) ele tem estabilidade no emprego, desde o registro de sua candidatura até um ano após o término do seu mandato.
- B) ele não tem estabilidade, pois foi eleito diretor suplente de sociedade cooperativa, não sendo abrangido pela estabilidade do titular.
- C) ele tem estabilidade no emprego, desde o registro de sua candidatura até dois anos após o término do seu mandato.
- D) ele tem estabilidade da nomeação até um ano após o término do seu mandato.

Questão 73

João Bernardino foi empregado da Empresa Tiguan Ltda. por 3 anos e foi dispensado em dezembro de 2018. Em janeiro de 2019, foi contratado pela Empresa XXPT Ltda., exercendo a função de analista de TI. Em julho de 2019, a Empresa Tiguan contrata a Empresa XXPT para prestação de serviços de informática. Nesse caso,

- A) o empregado poderá prestar serviços como terceirizado ao seu antigo empregador.
- B) o empregado somente poderá prestar serviços ao seu antigo empregador, decorridos seis meses de sua dispensa, como terceirizado.
- C) o empregado não poderá, em nenhuma hipótese, prestar serviços ao seu antigo empregador, como terceirizado.
- D) o empregado poderá prestar serviços ao seu antigo empregador, como terceirizado, após 18 meses de sua dispensa.

Questão 74

A empresa PPTX Ltda. irá conceder férias coletivas aos seus empregados, conforme estabelecido no Acordo Coletivo, e o empregado Túlio quer converter um terço de suas férias em pecúnia. Nessa hipótese,

- A) o empregado não terá esse direito.
- B) o empregado terá esse direito, desde que requeira até 15 dias antes do término do período aquisitivo.
- C) o empregado terá esse direito somente se houver previsão no Acordo Coletivo.
- D) o empregado terá esse direito, desde que o requeira até 15 dias antes do término do período concessivo.

Questão 75

Joaquim trabalha para a família Guimarães, exercendo a função de motorista de duas crianças, 6 dias na semana, recebe salário e é subordinado ao senhor Ivo Guimarães. Durante sua jornada, leva as crianças para a escola, bem como para as atividades extraclasse. Considerando a situação hipotética,

- A) trata-se de empregado doméstico.
- B) trata-se de motorista regido pela CLT.
- C) trata-se de trabalhador eventual.
- D) trata-se de trabalhador intermitente.

Questão 76

Os empregados públicos de uma autarquia de determinado Estado deflagraram greve desde abril de 2019, com o objetivo de melhorias nas condições de trabalho. Acontece que, até a presente data, não há acordo entre as partes. Nesse caso, a competência para declarar a abusividade de greve é da(o):

- A) Justiça do Trabalho.
- B) Justiça Federal.
- C) Justiça Estadual.
- D) STJ.

Questão 77

Cintia Barbosa ajuizou Reclamação Trabalhista em face de seu ex-empregador, postulando suas verbas rescisórias e indenização por danos morais. Designada audiência de instrução para o dia 15 de agosto de 2019,

- A) poderá ser realizada entre 6h até 20h.
- B) poderá ser realizada entre 8h e 18h.
- C) a audiência não poderá ultrapassar 1 hora seguida.
- D) a audiência não poderá ultrapassar 2 horas seguidas.

Questão 78

Zenab ajuizou Reclamação Trabalhista em face de sua ex-empregadora, postulando verbas indenizatórias no valor de R\$ 10.000,00. Todos os pedidos foram certos, determinados e com o respectivo valor. Na peça exordial, foi informado o endereço da

reclamante, bem como de seu patrono. Durante o processo, a reclamante mudou-se e não atualizou o seu endereço nos autos. Considerando a situação hipotética,

- A) as intimações enviadas ao endereço constante nos autos não são válidas.
- B) não é dever da parte informar sua mudança de endereço.
- C) não havendo mudança de endereço nos autos, não há que se falar em prejuízo à reclamante.
- D) as intimações enviadas ao endereço constante nos autos são válidas.

Questão 79

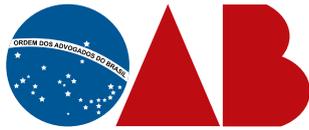
Inconformada com a sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, certa empresa interpôs Recurso Ordinário no sétimo dia de seu prazo. O recurso foi trancado por ser deserto. A empresa, inconformada mais uma vez, já que há nos autos comprovação do recolhimento do preparo, poderá

- A) interpor Recurso Ordinário, sem a necessidade de depósito recursal.
- B) interpor Agravo de Instrumento, devendo fazer o depósito recursal no ato da interposição do recurso.
- C) interpor Agravo de Petição, sem a necessidade de depósito recursal.
- D) interpor Agravo de Instrumento, devendo fazer o depósito recursal no prazo alusivo ao recurso, ainda que tenha interposto o recurso de forma antecipada.

Questão 80

Ajuizada ação trabalhista por Janaína Costa, em face da Empresa RTW Ltda., a sentença condenou a empresa ao pagamento das verbas rescisórias, sem fixar a quantia. Transitada em julgado a decisão, a empresa não efetua o pagamento espontaneamente. Nesse caso,

- A) pode-se iniciar a execução, ainda que não tenha um título executivo líquido.
- B) pode-se iniciar a execução, já que tem um título executivo certo.
- C) deve-se fazer a liquidação para somente assim executar a empresa.
- D) a empresa não pode ser executada.



Ordem dos Advogados do Brasil



GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
d	c	d	a	d	a	d	b	c	c	d	c	b	c	a	b	b	c	b	a
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
d	c	b	d	b	c	b	a	c	a	c	b	a	a	a	d	c	a	d	b
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
b	a	c	b	a	b	a	b	b	a	d	b	b	d	b	a	c	d	a	b
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
c	d	a	c	a	b	a	c	b	c	a	b	d	c	a	c	b	d	b	c



Questão 1

O Conselho Seccional da OAB do estado da Bahia pretende adquirir um novo imóvel para ampliar as instalações da sua sede e, para tanto, se negocia a alienação de um outro bem imóvel de propriedade da seccional. De acordo com o caso narrado, com fulcro no disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) A aquisição do imóvel dependerá de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional; já a alienação é decisão que compete à Diretoria do Conselho Seccional.
- B) Tanto a aquisição como a alienação de imóveis dependerão de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional.
- C) Tanto a aquisição do imóvel como a alienação são decisões que competem à Diretoria do Conselho Seccional, dispensada autorização dos membros efetivos do Conselho Seccional.
- D) A aquisição do imóvel é decisão que compete à Diretoria do Conselho Seccional; já a alienação dependerá de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional.

Letra d.

Arts. 47 e 48 do EOAB.

Questão 2

Marcelo praticou infração disciplinar passível de punição por suspensão na data de 20 de julho de 2019. Em 22 de dezembro de 2020, foi instaurado processo disciplinar para apuração da infração, e Carlos foi notificado em 10 de janeiro de 2021. Em 20 de fevereiro de 2021, o processo ficou pendente de julgamento, que só veio a ocorrer em 30 de março de 2025. De acordo com o Estatuto da OAB, a pretensão à punibilidade da infração disciplinar praticada por Carlos

- A) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de três anos entre a constatação oficial da falta e a instauração do processo disciplinar.
- B) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de seis meses entre a instauração do processo disciplinar e a notificação de Carlos.
- C) está prescrita, tendo em vista o decurso de mais de três anos de paralisação para aguardar julgamento.
- D) não está prescrita, tendo em vista que não decorreram cinco anos entre cada uma das etapas de constatação, instauração, notificação e julgamento.

Letra c.

Art. 43, § 1º, do EOAB.

Questão 3

João contratou Maria para ser sua advogada em uma ação de divórcio. Após a assinatura do contrato e da procuração, Maria solicitou ao seu cliente o envio de documentos indispensáveis à propositura da ação. No entanto, após diversas solicitações, o cliente manteve-se inerte por 6 meses. Diante do exposto e de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- A) Presume-se extinto o mandato de forma automática.
- B) Diante da inércia do cliente, o advogado deve renunciar ao mandato, devendo fazer constar o motivo que a determinou.
- C) Diante da inércia do cliente, o advogado deve peticionar nos autos, solicitando a intimação pessoal do cliente para apresentação dos documentos, e, somente após tal ato, estará extinto o mandato.
- D) Diante da inércia do cliente, o advogado deverá renunciar a causa sem mencionar o motivo que a ensejou.

Letra d.

Arts. 15 e 16 do CED.

Questão 4

No caso de advogada gestante, segundo o que dispõe o Estatuto da OAB, assinale a alternativa correta.

- A) O Estatuto da OAB confere à gestante o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, vagas reservadas nas garagens dos fóruns onde atuar, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.
- B) O Estatuto da OAB não dispõe sobre direitos especialmente conferidos às advogadas grávidas, sendo aplicadas as disposições da CLT relativas à proteção à maternidade e à trabalhadora gestante.
- C) O Estatuto da OAB confere à gestante o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais e preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mas não dispõe sobre vagas reservadas nas garagens dos fóruns e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.
- D) O Estatuto da OAB confere à gestante o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e vagas reservadas nas garagens dos fóruns, mas não dispõe sobre suspensão dos prazos processuais quando der à luz.

Letra a.

Art. 7-A do EOAB.

Questão 5

Terêncio é advogado e Conselheiro da OAB a longa data e grande conhecedor das normas do Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como de seu regulamento, atuando na defesa de colegas advogados em processos disciplinares. Considerando o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- A) Terêncio não poderá, enquanto exercer a função de conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, nem sequer em causa própria.
- B) Terêncio não poderá, enquanto for conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante o Conselho Seccional onde exerce sua função. Porém, perante os demais conselhos, não há vedação à sua atuação, em causa própria ou alheia.
- C) Terêncio não poderá, enquanto for conselheiro, atuar em processos disciplinares que tramitem perante o Conselho Seccional onde exerce sua função e o Conselho Federal da OAB. Porém, perante os demais conselhos, não há vedação à sua atuação, em causa própria ou alheia.

D) Terêncio não poderá, enquanto exercer a função, atuar em processos disciplinares que tramitem perante qualquer órgão da OAB, salvo em causa própria.

Letra d.

Art. 33 do CED.

Questão 6

Joana, recém-aprovada no Exame de Ordem, decidiu exercer a advocacia sozinha e procura a seccional para obter informações acerca do tema. Diante do caso, assinale a opção correta.

- A) Joana poderá constituir a pessoa jurídica pretendida, mediante registro dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede, com denominação formada pelo nome do titular, seguida da expressão 'Sociedade Individual de Advocacia'.
- B) Joana não poderá constituir a pessoa jurídica pretendida, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não admite a figura da sociedade unipessoal, ressalvados apenas os casos de unipessoalidade temporária e da chamada subsidiária integral.

QUER TER ACESSO AO RESTANTE
DAS QUESTÕES COMENTADAS?

SEJA NOSSO ALUNO

**ASSINATURA ILIMITADA: TUDO O QUE VOCÊ
PRECISA PARA SER APROVADO**